



Demonstrações Contábeis
1º Semestre de 2020

ATIVO	NOTA	30/06/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Circulante		1.070.512.991,11	668.327.131,90
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.066.358.631,10	665.788.032,94
Disponibilidades	4-a	377.090,00	928.514,70
Instrumentos Financeiros		1.065.981.541,10	664.859.518,24
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4-b	987.664.460,12	614.248.535,19
Títulos e Valores Mobiliários	4-c	78.317.080,98	50.610.983,05
Instrumentos Financeiros	5	1.952.855,63	637.689,00
Operações de Crédito		1.982.988,20	657.411,34
(Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)		(30.132,57)	(19.722,34)
Outros Créditos	6	1.539.980,74	1.311.464,89
Rendas a Receber		580,25	20.586,87
Diversos		1.537.174,87	1.289.078,93
Créditos Tributários		2.225,62	1.799,09
Outros Valores e Bens	7	661.523,64	589.945,07
Outros Valores e Bens		59.435,53	48.354,20
Despesas Antecipadas		602.088,11	541.590,87
Não Circulante		127.203.177,85	127.444.635,60
Instrumentos Financeiros		3.279.056,63	2.322.821,75
Operações de Crédito		3.345.569,54	2.394.661,60
(Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)		(66.512,91)	(71.839,85)
Outros Créditos	6	82.886,41	82.886,41
Diversos		82.886,41	82.886,41
Investimentos	8	115.845.166,50	117.815.186,90
Ações e Cotas		115.845.166,50	117.815.186,90
Imobilizado	9	7.346.870,13	6.801.100,67
Outras Imobilizações de Uso		4.806.840,50	4.078.395,09
Imóveis de Uso		4.836.727,39	4.836.727,39
(-) Depreciações Acumuladas		(2.296.697,76)	(2.114.021,81)
Intangível		649.198,18	422.639,87
Softwares		1.327.411,82	904.517,55
(-) Amortizações Acumuladas		(678.213,64)	(481.877,68)
Total do Ativo		1.197.716.168,96	795.771.767,50
PASSIVO			
Circulante		1.080.821.515,26	688.360.412,53
Relações Interfinanceiras	10	1.078.159.361,87	685.423.556,50
Centralização Financeira - Cooperativas		1.078.159.361,87	685.423.556,50
Obrigações por Repasses		16.249,96	19.854,75
Obrigações por Repasses no País		16.249,96	19.854,75
Outras Obrigações	11	2.645.903,43	2.917.001,28
Sociais e Estatutárias	11.1	725.838,18	677.009,52
Fiscais e Previdenciárias	11.2	391.066,68	329.731,83
Diversas	11.3	1.528.998,57	1.910.259,93
Não Circulante		82.886,41	82.886,41
Outras Obrigações		82.886,41	82.886,41
Diversas	11.3	82.886,41	82.886,41
Patrimônio Líquido	12	116.811.767,29	107.328.468,56
Capital Social		99.181.577,77	93.621.099,53
Reserva de Sobras		11.451.606,78	11.451.606,78
Sobras Acumuladas		6.178.582,74	2.255.762,25
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.197.716.168,96	795.771.767,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Descrição	NOTA	30/06/2020	30/06/2019
Ingressos/Receitas da Intermediação		13.580.952,96	23.762.361,15
Resultado com operações de crédito	13	221.569,40	147.825,32
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		12.314.739,34	22.164.952,02
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.044.644,22	1.449.583,81
Dispêndios/Despesas da Intermediação		(13.412.806,62)	(23.378.642,21)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	10	(13.407.723,33)	(23.309.304,47)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(5.083,29)	(69.337,74)
Resultado bruto da intermediação financeira		168.146,34	383.718,94
Receitas/Despesas e Ingressos/Dispêndios Operacionais		3.776.055,44	4.320.890,42
Receitas de prestação de serviços		60.651,39	91.254,07
Despesas de pessoal	14	(4.427.354,13)	(4.072.551,32)
Outras despesas administrativas	15	(2.547.310,91)	(2.481.262,82)
Despesas Tributárias		(31.942,85)	(35.035,82)
Resultado participações em coligadas e controladas	8	4.692.158,44	4.927.460,84
Outras Receitas Operacionais	16	6.257.276,11	6.199.503,59
Outras Despesas Operacionais	17	(20.098,04)	(308.478,12)
Dispêndios/Despesas de Provisão para Garantias prestadas		(207.324,57)	-
Resultado operacional		3.944.201,78	4.704.609,36
Outras Receitas e Despesas	18	200,61	-
Resultado antes da tributação e da participação no lucro		3.944.402,39	4.704.609,36
Imposto de Renda e Contribuição Social		(21.581,90)	(32.385,22)
Imposto de Renda		(10.791,42)	(16.192,61)
Contribuição Social		(10.790,48)	(16.192,61)
Participação nas sobras		3.922.820,49	4.672.224,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Edina Francisca de Souza Fileti

CPF.: 575.795.631-34

Diretora Administrativa

Lorena Teixeira Rezende Dias

CPF.: 884.352.291-49

Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

EVENTOS	NOTA	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
			FUNDO DE RESERVA	RESERVAS ESTATUTÁRIAS		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2018		86.759.492,68	8.312.242,55	4.948.831,99	8.684.955,41	108.705.522,63
DESTINAÇÃO DE SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR: - Constituição da reserva de expansão				8.684.955,41	(8.684.955,41)	-
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Integralizações - Utilização Reserva Expansão		1.074.258,79		(3.031.418,08)		1.074.258,79 (3.031.418,08)
SOBRAS DO PERÍODO					4.672.224,14	4.672.224,14
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 30.06.2019		87.833.751,47	8.312.242,55	10.602.369,32	4.672.224,14	111.420.587,48
MUTAÇÕES DO SEMESTRE		1.074.258,79	-	5.653.537,33	(4.012.731,27)	2.715.064,85
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2020		93.621.099,53	8.312.242,55	3.139.364,23	2.255.762,25	107.328.468,56
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Integralizações		5.560.478,24				5.560.478,24
SOBRAS DO PERÍODO	12.f				3.922.820,49	3.922.820,49
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 30.06.2020	12.a	99.181.577,77	8.312.242,55	3.139.364,23	6.178.582,74	116.811.767,29
MUTAÇÕES DO SEMESTRE		5.560.478,24	-	-	3.922.820,49	9.483.298,73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Edina Francisca de Souza Fileti
 CPF.: 575.795.631-34
 Diretora Administrativa

Lorena Teixeira Rezende Dias
 CPF.: 884.352.291-49
 Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6



1004 - SICOOB GOIÁS CENTRAL
Instituição:
CNPJ:
Periodicidade:
Período:

Sisbr 2.0 - Plataforma Contábil
Demonstração de Fluxo de Caixa
1004 - SICOOB GOIÁS CENTRAL
33.416.108/0001-19
Semestres
06/2020 e 06/2019

Data de Emissão:
23/07/2020
Hora de Emissão:
11:15:53

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2020	30/06/2019 (reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras/(perdas) líquidas antes do IRPJ E CSLL	3.922.820,49	4.672.224,14
Ajustes as sobras/perdas líquidas (não afetaram o caixa)	(4.301.481,00)	(4.568.851,82)
Resultado de Participações em Coligadas e controladas	(4.692.158,44)	(4.927.460,84)
Provisão para Operações de Crédito	5.083,29	69.337,74
Despesas de depreciação e amortização	385.594,15	289.271,28
Aumento (redução) em ativos operacionais	(2.576.579,22)	(2.557.174,34)
Operações de crédito	(2.276.484,80)	532.217,02
Outros créditos	(228.515,85)	(3.021.128,36)
Outros valores e bens	(71.578,57)	(68.263,00)
Aumento (redução) em passivos operacionais	392.461.102,73	9.560.541,58
Relações Interdependências	392.735.805,37	54.467.071,88
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.604,79)	21.937,23
Outras obrigações	(249.515,95)	(44.896.082,31)
IRPJ / CSLL (Pagos)	(21.581,90)	(32.385,22)
1 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	389.505.863,00	7.106.739,56
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	-	-
Aquisição de imobilizado de uso	(816.862,96)	(100.170,89)
Aplicação de Ativo Intangível	(341.058,96)	(201.052,76)
Recebimento de Dividendos	6.662.178,84	(108.544,15)
2 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	5.504.256,92	(409.767,80)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento por novas integralizações de capital	5.560.478,24	1.074.258,79
Utilização Reserva e Expansão	-	(3.031.418,08)
3 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	5.560.478,24	(1.957.159,29)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA (SOMATÓRIO 1 + 2 + 3)	400.570.598,16	4.739.812,47
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	665.788.032,94	747.475.395,69
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.066.358.631,10	752.215.208,16
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	400.570.598,16	4.739.812,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Edina Francisca de Souza Fileti
CPF.: 575.795.631-34
Diretora Administrativa

Lorena Teixeira Rezende Dias
CPF.: 884.352.291-49
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6



1004 - SICOOB GOIÁS CENTRAL

Instituição:

CNPJ:

Periodicidade:

Período:

Sisbr 2.0 - Plataforma Contábil

Demonstração de Resultado Abrangente

1004 - SICOOB GOIÁS CENTRAL

33.416.108/0001-19

Semestres

06/2020 e 06/2019

Data de Emissão:

23/07/2020

Hora de Emissão:

11:15:53

Descrição	NOTA	30/06/2020	30/06/2019
Sobras/Perdas Líquidas	12.f	3.922.820,49	4.672.224,14
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		3.922.820,49	4.672.224,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Edina Francisca de Souza Fileti

CPF.: 575.795.631-34

Diretora Administrativa

Lorena Teixeira Rezende Dias

CPF.: 884.352.291-49

Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30/06/2020

(Em reais)

1) Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma cooperativa central de crédito, instituição financeira não bancária, fundada em **27/07/1989**, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Atua conjuntamente com mais 14 (catorze) cooperativas singulares associadas, sendo 13 do tipo Livre Admissão e 1 de Empregados Público e profissional liberal, distribuídas nas seguintes localidades:

Localidade	Quantidade de Singulares
Anápolis/GO	01
Ceres/GO	01
Crixás/GO	01
Goianésia/GO	01
Goiânia/GO	04
Morrinhos/GO	01
Palmeiras de Goiás/GO	01
Paraíso de Tocantins/TO	01
Piracanjuba/GO	01
Quirinópolis/GO	01
Rubiataba/GO	01

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do

Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil emitiram respectivamente a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados em conta na elaboração das demonstrações, respectivamente com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. As principais alterações no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade. Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período. Os dados comparativos de períodos anteriores foram adequados ao novo padrão estabelecido pelo Bacen.

2.1. Reapresentação dos Saldos Comparativos de 2019

Os saldos comparativos, relativos a 30 de junho de 2019, divulgados em conformidade com o previsto no Cosif 1.22.3.9, estão sendo reapresentados em cumprimento a Resolução CMN nº 4.007/2011, conforme demonstrado a seguir:

l) Demonstração do fluxo de caixa

Descrição	Publicação 30/06/2019	Ajuste	Saldo Reapresentado
Caixa líquido da atividade operacional	(113.258.497,38)	120.365.236,94 (a)	7.106.739,56
Caixa líquido da atividade de investimento	(409.767,80)	-	(409.767,80)
Caixa líquido da atividade de financiamento	(1.957.159,29)	-	(1.957.159,29)
Aumento (redução) caixa e equivalente de caixa	(115.625.424,47)	120.365.236,94	4.739.812,47
Caixa e equivalentes de caixa início do período	595.109.059,01	152.366.336,68 (a)	747.475.395,69
Caixa e equivalentes de caixa final do período	479.483.634,54	272.731.573,62 (a)	752.215.208,16
Varição do caixa e equivalentes de caixa	(115.625.424,47)	120.365.236,94	4.739.812,47

a) Decorrente, principalmente, de ajuste na classificação de caixa e equivalentes de caixa.

3) Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para demandas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez

do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CONFEDERAÇÃO**, ações do BANCOOB e CNAC. Os investimentos mantidos no Bancoob são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos avaliados pelo método do custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2020**.

4) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	377.090,00	928.514,70
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (b)	987.664.460,12	614.248.535,19
<i>Aplicações em Op. Compromissadas (b.1)</i>	<i>659.767.374,91</i>	<i>465.233.950,62</i>
<i>Aplicações em Dep. Interfinanceiros (b.2)</i>	<i>327.897.085,21</i>	<i>149.014.584,57</i>
Títulos e Valores Mobiliários (c)	78.317.080,98	50.610.983,05
TOTAL	1.066.358.631,10	665.788.032,94

(a) É composto por recursos disponíveis em ATM, para provimento aos associados das cooperativas singulares, e depósitos a vista mantidos no Bancoob.

(b.1) Referem-se a operações compromissadas realizadas com o Bancoob, lastreadas por títulos públicos federais, atreladas à taxa CDI, cujos vencimentos ocorrerão até 90 dias. Os rendimentos auferidos nos semestres findos em 30/06/2020 e 31/12/2019 com as operações compromissadas totalizaram respectivamente R\$ 8.569.953,11 e R\$ 12.718.567,52.

(b.2) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 96% e 101% do CDI, com liquidez imediata. Os rendimentos auferidos nos semestres findos em 30/06/2020 e 31/12/2019 com as aplicações em depósitos interfinanceiros totalizaram respectivamente R\$ 3.744.786,23 e R\$ 7.273.421,05.

(c) Referem-se a aplicações no Fundo de Investimento Bancoob Centralização, que é utilizado pela Central para gestão de fluxo de caixa e tem características de equivalentes de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008. Os rendimentos auferidos nos semestres findos em 30/06/2020 e 31/12/2019 com as aplicações no fundo totalizaram respectivamente R\$ 1.044.644,22 e R\$ 1.208.598,38.

5) Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	1.174.283,51	1.354.166,74	2.528.450,25	-
Financiamentos	808.704,69	1.991.402,80	2.800.107,49	3.052.072,94
Total de Operações de Crédito	1.982.988,20	3.345.569,54	5.328.557,74	3.052.072,94
(-) PCLD	(30.132,57)	(66.512,91)	(96.645,48)	(91.562,19)
TOTAL	1.952.855,63	3.279.056,63	5.231.912,26	2.960.510,75

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação					30/06/2020	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2019
A	0,50%	Normal	2.528.450,25	-	2.528.450,25	(12.642,25)	-	-
C	3%	Normal	-	2.800.107,49	2.800.107,49	(84.003,22)	3.052.072,94	(91.562,19)
Total Normal			2.528.450,25	2.800.107,49	5.328.557,74	(96.645,47)	3.052.072,94	(91.562,19)
Total Geral			2.528.450,25	2.800.107,49	5.328.557,74	(96.645,47)	3.052.072,94	(91.562,19)
Provisões			(12.642,25)	(84.003,23)	(96.645,48)		(91.562,19)	
Total Líquido			2.515.808,00	2.716.104,26	5.231.912,26		2.960.510,75	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	236.783,57	937.499,94	1.354.166,74	2.528.450,25
Financiamentos	203.816,49	604.888,20	1.991.402,80	2.800.107,49
TOTAL	440.600,06	1.542.388,14	3.345.569,54	5.328.557,74

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	30/06/2020	% da Carteira
Outros	2.528.450,25	2.800.107,49	5.328.557,74	100%
TOTAL	2.528.450,25	2.800.107,49	5.328.557,74	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(91.562,19)	(24.811,30)
Constituições / Reversões	(5.083,29)	(66.750,89)
Transferência para prejuízo	-	-
TOTAL	(96.645,48)	(91.562,19)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	2.528.450,25	47,50%	2.072.101,73	68,00%
10 Maiores Devedores	5.328.557,74	100,00%	3.052.072,94	100,00%
50 Maiores Devedores	5.328.557,74	100,00%	3.052.072,94	100,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	217.649,04	217.649,04
Valor das operações transferidas no período	-	-
Valor das operações recuperadas no período	(140.000,00)	-
TOTAL	77.649,04	217.649,04

h) Operações renegociadas:

Em **30/06/2020** não existem operações de crédito renegociadas pela cooperativa.

6) Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Serviços prestados a receber	580,25	-	20.586,87	-
Diversos	1.537.174,87	82.886,41	1.289.078,93	82.886,41
Adiantamentos e antecipações salariais	35.726,30	-	27.024,91	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	85.675,88	-	78.227,11	-
Devedores por depósitos em garantia	-	82.886,41	-	82.886,41
Pagamentos a ressarcir (a)	116.651,12	-	208.048,51	-
Títulos e créditos a receber (b)	42.647,45	-	111.618,92	-
Devedores diversos – país (c)	1.256.474,12	-	864.159,48	-
Créditos Tributários	2.225,62	-	1.799,09	-
TOTAL	1.539.980,74	82.886,41	1.311.464,89	82.886,41

(a) Refere-se ao rateio de Cursos e Eventos pagos pela Central a ser debitados das singulares filiadas.

(b) Refere-se ao rateio das despesas com manutenção dos Terminais de Auto Atendimento no estado em parceria com o Sicoob Uni.

(c) Refere-se ao rateio orçamentário da Central referente ao mês de junho de 2020, pagos pelas singulares no mês subsequente.

7) Outros valores e bens

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Material em Estoque	59.435,53	48.354,20
Despesas Antecipadas (a)	602.088,11	541.590,87
TOTAL	661.523,64	589.945,07

(a) Registram-se os prêmios de seguros, contribuição cooperativista, processamento de dados, IPVA e IPTU, pagos de antecipadamente pela Central, que serão apropriados ao resultado por ocasião da vigência do contrato.

8) Investimentos

Em 30 de junho de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Participações inst. Financ. controlada coop. crédito – Bancoob (a)	103.104.025,37	105.074.045,77
Sicoob Confederação (b)	12.290.379,63	12.290.379,63
Participações coop. exceto coop. central crédito – CNAC (b)	450.761,50	450.761,50
TOTAL	115.845.166,50	117.815.186,90

(a) Os investimentos mantidos no Bancoob são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustados mensalmente por ocasião do fechamento dos balancetes mensais do Bancoob.

(b) Demais investimentos, referem-se à participação em quotas no capital social de cooperativas (Sicoob Confederação e CNAC), avaliadas pelo custo de aquisição.

O resultado de participações em coligadas e controladas auferidos nos semestres findos em 30/06/2020 e 31/12/2019, totalizaram respectivamente R\$ 4.692.158,44 e R\$ 4.927.460,84.

9) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (a)	-	-	1.088.183,07
Terrenos	-	1.139.318,00	1.139.318,00
Edificações	4%	3.697.409,39	3.697.409,39
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(998.715,59)	(924.767,45)
Instalações	10%	1.398.100,31	76.287,90
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(102.097,59)	(67.188,68)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	850.055,00	415.247,57
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(346.763,75)	(327.829,70)
Sistema de Comunicação	20%	3.525,29	38.846,30
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.362.259,90	2.195.204,11
Sistema de Segurança	10%	-	71.726,14
Sistema de Transporte	20%	192.900,00	192.900,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(849.120,83)	(794.235,98)
TOTAL		7.346.870,13	6.801.100,67

10) Relações interfinanceiras

Refere-se aos valores aplicados pelas cooperativas integrantes do Sistema Sicoob Goiás Central para fins de centralização financeira, com remuneração média de 98% do CDI. Os dispêndios com a remuneração da centralização financeira totalizaram R\$ 13.407.723,33 no semestre findo em 30/06/20 e R\$ 21.320.429,42 no semestre findo em 31/12/2019.

Sua liquidez é imediata, desde que as cooperativas filiadas mantenham 30% do saldo médio dos seus depósitos. A despesa é reconhecida na demonstração de sobras ou perdas na rubrica "Dispêndios de Depósitos Intercooperativos".

11) Outras Obrigações

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	725.838,18		677.009,52	-
Fiscais e Previdenciárias	391.066,68	-	329.731,83	-
Diversas	1.528.998,57	82.886,41	1.910.259,93	82.886,41
TOTAL	2.645.903,43	82.886,41	2.917.001,28	82.886,41

11.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	611.253,72	611.253,72
Resultado de Atos com não Associados (a)	65.755,80	65.755,80
Gratificações a Dirigentes (b)	48.828,66	-
TOTAL	725.838,18	677.009,52

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Provisão gratificação natalina para Presidente e Vice-Presidente do Conselho e Diretoria Executiva.

11.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	2.124,01	10.334,07
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	6.277,40	9.141,28
Impostos e Contribuições sobre Salários	382.356,95	305.262,92
Outros	308,32	4.993,56
TOTAL	391.066,68	329.731,83

11.3 Diversas

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	42.220,89	-	252.606,04	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	1.279.219,06	-	1.293.553,73	-
Provisão para Passivos Contingentes (nota 25)	-	82.886,41	-	82.886,41
Provisão para garantias prestadas (c)	207.324,57	-	285.737,06	-
Credores Diversos - País	234,05	-	78.363,10	-
TOTAL	1.528.998,57	82.886,41	1.910.259,93	82.886,41

(a) Refere-se à provisão para pagamento de fornecedores.

(b) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com férias, 13º salário, encargos sociais e despesas administrativas.

(c) Refere-se à contabilização, de provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela central, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **30 de junho de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 9.102.400,00, referentes a aval prestado em operações realizadas pelas cooperativas filiadas. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

12) Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Capital Social	99.181.577,77	93.621.099,53
Associados	14	15

b) Fundo de Reserva – Reserva de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária – Fundo de Marketing

Reserva de sobras utilizada para cobertura de despesa de Marketing, para divulgação do sistema Sicoob GO/TO.

d) Reserva Estatutária – Expansão

Reserva de sobras utilizada para cobertura para expansão estrutural da Sede do Sicoob Goiás Central.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras apuradas em 31/12/2019 continua a disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação, em data a ser definida para realização.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	3.922.820,49	46.137,65
Lucro líquido - atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(65.755,80)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.922.820,49	(19.618,15)
Destinações estatutárias		
Reversão Utilização de FATES	-	970.096,64
Reversão Utilização de Fundo de Marketing	-	1.305.283,76
Sobra à disposição da Assembléia Geral	3.922.820,49	2.255.762,25

13) Receitas de operações de credito

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de Empréstimos	28.450,25	63.553,07
Rendas de Financiamentos	53.119,15	70.011,34
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	140.000,00	14.260,91
TOTAL	221.569,40	147.825,32

14) Despesas de pessoal

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(46.379,38)	(44.220,10)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(696.859,09)	(743.933,43)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(639.649,05)	(526.024,77)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(856.010,31)	(804.265,56)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.107.562,19)	(1.818.806,83)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(39.718,12)	(110.356,75)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(41.175,99)	(24.943,88)
TOTAL	(4.427.354,13)	(4.072.551,32)

15) Outros dispêndios administrativos

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(58.923,16)	(81.040,07)
Despesas de Aluguéis	(40.251,02)	(137.208,27)
Despesas de Comunicações	(18.762,95)	(67.614,72)

Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(74.058,75)	(68.066,75)
Despesas de Material	(25.568,94)	(24.304,80)
Despesas de Processamento de Dados	(282.497,04)	(79.238,17)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(70.491,15)	(11.849,56)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(463.528,12)	(663.493,49)
Despesas de Publicações	(11.379,60)	(5.875,00)
Despesas de Seguros	(16.589,17)	(21.946,06)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(18.673,70)	(15.664,20)
Despesas de Serviços de Terceiros	(107.603,76)	(92.135,60)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(28.093,04)	(33.886,97)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(198.456,99)	(245.606,83)
Despesas de Transporte	(30.297,11)	(60.221,82)
Despesas de Viagem no País	(12.577,77)	(10.762,05)
Despesas de Amortização	(114.500,65)	(148.148,11)
Despesas de Depreciação	(271.093,50)	(141.123,17)
Outras Despesas Administrativas	(74.000,90)	(82.407,67)
Emolumentos judiciais e cartorários	(3.123,65)	(1.277,53)
Contribuição a OCE	(10.234,88)	(27.900,31)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(616.605,06)	(461.491,67)
TOTAL	(2.547.310,91)	(2.481.262,82)

16) Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	21.620,05	55.431,82
Outras Rendas Operacionais	5.949.919,00	6.051.388,91
Outras	285.737,06	92.682,86
TOTAL	6.257.276,11	6.199.503,59

17) Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Outras Despesas Operacionais	(20.098,04)	(308.478,12)
TOTAL	(20.098,04)	(308.478,12)

18) Resultado não operacional

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Ganhos de Capital	201,43	0,00
(-) Perdas de Capital	(0,82)	0,00
Resultado Líquido	200,61	0,00

19) Partes Relacionadas

a) Cooperativas Singulares

Transação	Ativo/(Passivo)	
	30/06/2020	31/12/2019
Operações de crédito	5.231.912,26	2.960.510,75
Valores a receber/(A pagar)		
Rateio/Alocação Filiadas	935.579,95	616.893,71
Centralização Financeira	(1.078.159.361,87)	685.423.556,5



Patrimônio Líquido

Capital Social	99.181.577,77	93.621.099,53
----------------	---------------	---------------

Receitas

Operações de crédito	221.569,40	150.490,16
Rateio/Alocação Filiadas	5.947.975,88	5.690.627,16

Despesas

Centralização Financeira	(13.407.723,33)	(21.320.429,42)
--------------------------	-----------------	-----------------

b) Entidades relacionadas

Transação	Bancoob	
	30/06/2020	31/12/2019
Ativos		
Depósitos bancários	3.000,00	10.630,00
Aplicações interfinanceiras de liquidez	987.664.460,12	614.248.535,19
Títulos e valores mobiliários	78.317.080,98	50.610.983,05
Investimentos	103.104.025,37	105.074.045,77
Receitas		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.314.739,34	19.991.988,57
Títulos e valores mobiliários	1.044.644,22	1.208.598,38
Receita com Equivalência Patrimonial	4.692.158,44	2.496.339,71
Despesas		
Custodia de títulos e valores mobiliários	(5.631,00)	(5.592,5)

c) Remuneração de Partes Relacionadas

No primeiro semestre de **2020** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS - 30/06/2020	
Honorários - Conselho Fiscal	(46.379,38)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(696.859,09)
Gratificação Natalina	(48.828,66)
Encargos Sociais	(152.470,87)
Plano de Saúde	(3.307,76)

20) Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

20.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

20.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

20.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

20.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

20.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

21) Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22) Índice de Basileia

O índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência – PR e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência - PR	24.674.800,65	12.522.365,79
Patrimônio de Referência mínimo (RWA)	10.833.341,71	11.531.686,51
Índice de Basileia (IB)	18,17%	11,71%
Razão de Alavancagem (RA)	2,21%	1,62%
Índice de imobilização	31,60%	57,91%

23) Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais (a)	-	82.886,41	-	82.886,41
TOTAL	-	82.886,41	-	82.886,41

(a) PIS (processo: 0010446-73.2000.4.01.3500) montante de R\$ 5.463,70 (Cinco mil quatrocentos e sessenta três reais e setenta centavos) e COFINS (processo: 0010445-88.2000.4.01.3500) no montante de R\$ 77.422,71 (Setenta sete mil, quatrocentos e vinte dois reais e setenta um centavos), por meio do qual está sendo questionada a constitucionalidade da cobrança do PIS e COFINS sobre as receitas provenientes das operações da cooperativa com seus associados, tomando por base o previsto no artigo 30 da Lei 11.051/2004. Em 25/11/2005, o TRF concedeu ganho de causa às cooperativas do sistema Sicoob Goiás em relação ao recurso de apelação no mandado de segurança sobre a cobrança referida no ano de 2000. A Fazenda Nacional interpôs recurso especial e recurso extraordinário endereçados ao Supremo Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, respectivamente. O Supremo Tribunal de Justiça negou o provimento ao recurso da Fazenda, mantendo, portanto, a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que havia afastado a incidência de COFINS sobre ato cooperativo. Em 28 de outubro de 2008, foram encaminhados ao Supremo Tribunal Federal, para julgamento do recurso extraordinário interposto pela Fazenda Nacional, não tendo havido, até o momento, nenhum pronunciamento sobre o tema.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

24) Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Setorial Sicoob Multi-Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário. As despesas com contribuições efetuadas durante o primeiro semestre de 2020 totalizaram R\$ 11.276,65 (Onze mil duzentos e setenta seis reais e sessenta cinco centavos).

Edina Francisca de Souza Fileti
Diretora administrativa

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC nº 16.895/O-6

Todas as peças estão assinadas a disposição na sede da cooperativa central.

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
SICOOB GOIÁS CENTRAL – COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA.
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda - Sicoob Goiás Central, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Goiás Central em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 02 de setembro de 2020.

A handwritten signature in blue ink that reads 'Diego Rabelo'.


Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC DF 019481/O-4
CNAI 2090

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinamos as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2020.

Com base nos exames e verificações procedidas, nas notas explicativas integrantes das referidas demonstrações, nas averiguações periódicas deste Conselho, e, ainda, considerando o Relatório de Auditoria Sobre as Demonstrações Contábeis da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, constatamos não haver nada de relevante que conflita com as demonstrações analisadas e somos de parecer que as mesmas refletem adequadamente as situações patrimonial e financeira.

Goiânia-GO, 24 de setembro de 2020.



Pedro Paulo Alves da Costa
Conselheiro Fiscal Efetivo
Coordenador



Henrique Dias Pinheiro
Conselheiro Fiscal Efetivo
Secretário



Síval Camilo de Souza
Conselheiro Fiscal Efetivo